

Racismo, violência e o sofrimento das mulheres negras: diálogos a partir de Heleieth Saffioti

Rachel Gouveia Passos*

Resumo:

O presente artigo parte de relatos e dados que produzem as seguintes problemáticas: quais os efeitos da violência proporcionada pelo Estado na vida das mulheres negras? Quais as respostas que têm sido viabilizadas pelo poder público para o sofrimento que foi produzido? Tais perguntas nos direcionam a questionar o sofrimento das mulheres negras, oriundo da violência estatal, a partir de diálogos com Heleieth Saffioti.

Palavras-chave: mulheres negras, sofrimento, violência, medicalização.

Racism, Violence and the Suffering of Black Women: Dialogs Based on Heleieth Saffioti

Abstract:

This article takes as its point of departure the stories and data produced by the following problematics: what are the effects of State violence on the life of black women? What responses have been made available by the public sector for the suffering that was caused? These questions lead us to interrogate the suffering of black women, caused by state violence, based on dialogues with Heleieth Saffioti.

Keywords: black women, suffering, violence, medicalization.

*Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Aí vos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes*

* Pós-Doutora em Serviço Social e Políticas Sociais. Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense (PPGPS/UFF), Niterói-RJ, Brasil. End. eletrônico: rachel.gouveia@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2267-0200>

*Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas marcas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir*
(AmarELO – Emicida).

No dia 20 de agosto de 2019, após 3h30 de sequestro de um ônibus na Ponte Rio-Niterói, o governador do Estado do Rio de Janeiro, comemorou publicamente a morte do sequestrador. De acordo com a Polícia Militar, o rapaz de 20 anos, que trabalhava como vigilante, fez 37 reféns, portava uma arma de brinquedo e ameaçava incendiar o ônibus. Willian Augusto da Silva, ao descer do coletivo e jogar um agasalho para os policiais, acabou sendo baleado por um atirador de elite. Após a ação dos policiais, o governador chega de helicóptero e ao descer comemora a execução como se estivesse em uma final de campeonato de futebol¹. A família de William Augusto pediu desculpas pelo ocorrido e a mãe do rapaz foi consolada pelo pai de uma das reféns. Essa mãe não foi ouvida e provavelmente sua dor permanecerá silenciada.

Em 2015, a senhora Janaína Soares, perdeu seu esposo em um assalto e viu seu filho mais velho, de apenas 13 anos, morrer após ser baleado por um policial durante uma operação em Mangueiras, favela que fica na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro. No dia 05 de novembro de 2018, uma segunda-feira, Janaína passou mal e morreu, depois de três anos de depressão².

Entre os dias 18 e 23 de maio de 2019, ocorreu o 4º Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Estado. O evento foi realizado em Hidrolândia (GO), passou por Goiânia e teve uma série de ações em Brasília no dia 21. Esse encontro contou com a presença de Marinete da Silva, mãe da vereadora carioca Marielle Franco que foi assassinada no dia 14 de março de 2018, logo após sair de um evento no centro do Rio de Janeiro. Marinete pouco se achegava com os temas que envolviam a filha, entretanto, atualmente, vem se aproximando de pessoas e coletivos que perderam parentes de forma violenta³.

¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/20/governador-do-rj-diz-que-prioridade-e-protecao-de-refens-em-sequestro-de-onibus.ghtml> Acesso em 08 Set. 2019.

² <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/07/mae-que-perdeu-filho-baleado-por-pm-morre-apos-sofrer-com-depressao-por-3-anos-e-sem-ver-fim-da-investigacao.ghtml> Acesso em 08 Set. 2019.

³ <https://epoca.globo.com/o-mes-das-maes-que-perderam-filhos-para-violencia-policial-23660064> Acesso em 08 Set. 2019.

A partir dos relatos apresentados podemos apontar que existe uma “autorização” do extermínio e que está assentada na concepção que compõe o inconsciente coletivo de que o negro é inferior (Fanon, 2008), podendo ser aniquilado sem grandes questionamentos e comoções. Além disso, a colonialidade objetificou a corporalidade negra negando sua humanidade, individualidade e interioridade, reduzindo a existência negra aos instintos selvagens (Bernardino-Costa, 2016). Nesse caminho, para Almeida (2014, p. 133) ocorre o processo de desumanização da população negra que faz parte de um “amplo processo de dominação/opressão capitalista na consolidação dos Estados-nação e do colonialismo”.

De acordo com o Atlas da Violência de 2019, identificou-se uma “continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições” (p. 49). Segundo os dados, no período de uma década (2007 a 2017), a taxa de homicídios em relação aos negros (pretos e pardos) cresceu 33,1%, enquanto a de não negros obteve um pequeno aumento de 3,3%. “Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%” (p. 49).

O Atlas da Violência também aponta para uma juventude perdida, ou seja, a morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio. Esse é um fenômeno que está em crescimento no país desde os anos 1980. Contudo, no ano de 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. “Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos” (p.25), o que significa que teremos severas implicações mais a frente devido a uma mudança demográfica ocasionada pelo processo de envelhecimento da população.

Para o Dossiê Femicídio, publicado pelo Instituto Patrícia Galvão⁴, as mulheres negras são aquelas que mais morrem: 58, 86% vítimas de violência doméstica; 53,6% vítimas de violência obstétrica; 68,8% vítimas de agressão; duas vezes mais chances de serem assassinadas do que as mulheres brancas; 56,8% vítimas de estupro registrado no Estado do Rio de Janeiro. Já, no Atlas da Violência de 2019, podemos verificar que a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, enquanto a de mulheres negras cresceu 29,9%. Tais números demonstram uma diferença ainda mais brutal: entre as não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%.

⁴ <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/como-e-por-que-morrem-as-mulheres/> Acesso em 08 Set. 2019.

No que diz respeito à saúde da população negra, a ONU Brasil⁵ alerta que negros possuem maior incidência de problemas de saúde evitáveis no Brasil. Entre os problemas de saúde são encontrados: mortalidade de recém-nascidos antes dos seis dias de vida, infecções sexualmente transmissíveis, mortes maternas, hanseníase, tuberculose, diabetes tipo II e cardiopatia. Além disso, 80% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde se autodeclara negra⁶. Todavia, queremos chamar atenção para a ausência de dados oriundos da política de saúde que retratem sobre os impactos da violência estatal na vida das mulheres negras e pobres.

Cabe salientar que as estratégias que legitimam o extermínio da população negra, fazem parte daquilo que Mbembe (2018) denomina de necropolítica. Entretanto, cabe sinalizar que os impactos dessa autorização do aniquilamento negro vão muito além dos dados apresentados aqui. Se temos uma juventude sendo eliminada, podemos dizer que há mulheres negras atingidas por essa lógica e pouco se conhece acerca dos efeitos dessa violência em suas existências.

Nesse sentido, a partir dos relatos e dos dados aqui apresentados ficam as seguintes problemáticas: quais os efeitos da violência proporcionada pelo Estado na vida das mulheres negras? Quais as respostas que têm sido dadas pelo poder público para o sofrimento que foi produzido? Tais perguntas vão nos guiar para que possamos dialogar com as questões que atravessam as vidas aqui narradas, em especial, no que diz respeito ao sofrimento das mulheres negras oriundo da violência estatal.

Dialogando com Heleieth Saffioti, destacamos que a autora compreende gênero, raça/etnicidade e classe social como estruturante da sociedade capitalista e dos processos de dominação e exploração não havendo uma homogeneidade dos fenômenos e seus efeitos nos indivíduos (Saffioti, 2015). A autora trabalha com a concepção de nó que não significa uma “soma de opressões ou para aglutinações de categorias e/ou lugares sociais, mas de determinações” (Pereira, 2018, p. 316).

O nó (...) formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. (...) não existem apenas discriminações quantitativas, mas também qualitativas. Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda

⁵ <https://nacoesunidas.org/negros-tem-maior-incidencia-de-problemas-de-saude-evitaveis-no-brasil-alerta-onu/> Acesso em 08 Set. 2019.

⁶ <https://www.geledes.org.br/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depende-do-sus-se-autodeclara-negra/> Acesso em 08 Set. 2019.

uma trabalhadora assalariada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexas. (Saffioti, 2015, p. 122-123).

De acordo com Pereira (2018), torna-se importante pensar esse nó tendo uma certa frouxidão, uma vez que possibilita uma maior mobilidade para cada uma das determinações. “Não por atuarem independentemente dos demais, mas por gênero, raça/etnia e classe terem, cada qual, uma dinâmica especial, o que seria próprio da “lógica do nó”. Essa motilidade só pode ser entendida a partir das contradições de cada momento histórico” (Pereira, 2018, p. 317).

Nesse caminho, o fenômeno da violência se expressa de forma distinta entre brancos e negros, assim como entre mulheres e homens, heterossexuais e LGBTs. Apesar de Saffioti tratar especificamente sobre violência doméstica, torna-se importante pontuar o entendimento de que há um entrelaçamento entre a esfera pública e a doméstica no sentido da reprodução da pedagogia da violência.

Existe uma naturalização e normalização dos maltratos executados por homens nas mulheres e nos pais e mães em seus filhos. Além disso, a questão encontra-se no “incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível” (Saffioti, 2015, p. 79). Portanto, essa dominação pela violência é reproduzida na esfera pública, aonde a criminalidade é uma violência masculina, sendo um fenômeno sexuado.

Apesar da violência ser um fenômeno sexuado, a criminalidade atinge negros e brancos, homens e mulheres de maneira bastante controversa. Conforme os dados já trazidos torna-se possível identificar que os corpos, subjetividades e comportamentos mais atingidos de forma direta são dos negros e negras. Nesse caminho, assinalamos que o principal determinante que aparece na violência urbana pauta-se pelo racismo como elemento constituinte da produção e reprodução desse processo. Para Kilomba (2016), no universo conceitual do branco, o negro é identificado como um objeto ruim e que foi projetado sobre sua existência a agressividade, a sexualidade, a ameaça, o perigo, a violência, a sujeira, o que permite com que à branquitude olhe para “si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa” (Kilomba, 2016, p. 174).

Nessa divisão social, sexual e racial dos homicídios no Brasil podemos diferenciar os impactos desse processo entre homens e mulheres negros. Para Saffioti, o sistema de relações sociais está dividido entre os homens que dominam homens, que dominam mulheres, mulheres que dominam outras mulheres

e mulheres que dominam homens. Essa lógica não tem apenas o patriarcado como único estruturador da sociabilidade brasileira, por isso a necessidade de compreender o nó entre gênero, raça e classe.

De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na “ordem das bicadas” é uma mulher. *Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres* (Saffioti, 1987, p. 16 – grifo nosso).

Um dos efeitos da violência e que pouco é retratado, tornando-se invisível no cotidiano das relações sociais, diz respeito ao que denominamos de cuidado colonial. Para as mulheres destinou-se social e historicamente a atribuição da maternidade que é incorporada a partir do mito do amor materno e encarnada por meio de uma sociabilidade branca, machista, sexista e racista. A partir do momento que a mulher negra é o “outro” e não representa o ideal do ser mãe e nunca alcançará o padrão da maternidade branca, podemos dizer que ela está passível a ter um encontro com uma “região extraordinariamente estéril e árida” (Fanon, 2008, p. 26), que se expressa com a negação do ser mãe, imposta atualmente pelo controle do Estado, através das múltiplas violências. Portanto, o cuidado colonial compõe a experiência do ser mulher negra na realidade brasileira, **tendo a dor como traço marcante da sua composição.**

Adriana Pires da Silva, Mãe de Carlos Eduardo da Silva Souza, de 16 anos, um dos cinco jovens assassinados com mais de 100 tiros disparados pela polícia no dia 25/11/2015. Os rapazes, todos negros e com idades entre 15 e 25 anos, voltavam para casa após comemoração do primeiro emprego de um deles, quando o carro em que viajavam foi metralhado pela polícia. Além do ataque desproporcional, os policiais ainda tentaram incriminar os rapazes e alterar a cena do crime e suprimir provas. **Adriana, devastada, já tentou suicídio três vezes desde a morte de seu filho.** As mães e pais dos outros rapazes seguem aguardando reparação e punição dos culpados (grifo nosso).

Assim, o cuidado não é destinado da mesma forma para todas as mulheres. As determinações de raça e classe diferenciam os acessos, as possibilidades e as maneiras como esse cuidado será executado, e, que também implica na (sobre)

⁷ Depoimento extraído do Dossiê “A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações” que é o resultado de um trabalho conjunto do Geledés – Instituto da Mulher Negra e Criola – Organização de Mulheres Negras, sob a coordenação de Nilza Iraci e Jurema Werneck. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-violacoes/> Acesso em 10 Set. 2019.

vivência da existência desses filhos e dessa maternidade. Nesse sentido, “ao se afirmar que *sempre* e em *todos os lugares* as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenças históricas” (Saffioti, 1987, p.11 – grifo da autora).

Mônica Cunha, também moradora do Rio de Janeiro, perdeu um filho em ação conduzida pelo Estado. Em 2006, com 20 anos, Rafael foi assassinado por um policial civil do Rio de Janeiro no que foi registrado como um auto de resistência. “Quando esse menino morreu, eu entrei naquele desespero, peguei tudo que eu tinha aprendido a passei a pertencer a um grupo que luta pela sobrevivência para manter a memória do seu filho viva”, conta Mônica, que em 2003, quando Rafael adentrou o sistema socioeducativo pela primeira vez, fundou o Movimento Moleque. “Foi aí que fui procurar entender porque essas coisas aconteciam daquela forma. Descobri que existia um Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que ele não era cumprido”, conta. **“Eu queria fazer com que todo mundo reconhecesse o quanto o Brasil possui um racismo estrutural, que arranca os filhos dessas mulheres negras, como arrancou o meu, e deixa a gente com um buraco enorme”**, conta Mônica, que hoje é membro do Movimento Nacional de Familiares de Vítimas do Estado Brasileiro e ocupa um cargo na secretaria do Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT/RJ – grifo nosso)⁸.

De acordo com Pereira (2018), a maioria da população atendida nos serviços de saúde mental são negras e pobres. Zanello e Silva (2012), ao realizarem pesquisa em dois hospitais psiquiátricos do Distrito Federal, identificaram que o maior número de diagnósticos de transtornos de ansiedade e depressão são mais recorrentes em mulheres negras, pobres e domésticas. Além disso, já existem diversos estudos que demonstram que as mulheres são aquelas que mais fazem uso de ansiolíticos e antidepressivos no país. Logo, merece destaque o “crescente uso de psicotrópicos, em especial os ansiolíticos e antidepressivos, [como] uma das consequências da redução ao saber médico de uma série de sofrimentos contemporâneos” (Pereira, 2018, p. 322).

Os psicotrópicos compõem o pacote da resposta do Estado em relação as mulheres negras que tiveram a perda e/ou a mutilação de seus filhos. Ou seja, a resposta ao cuidado colonial é a impunidade, ameaça, sofrimento, adoecimento e o consumo de drogas medicamentosas.

⁸ Depoimento disponível em: <http://www.generonumero.media/violencias-multiplas-contramulheres-negras-registradas-em-dados-e-ocorrencias-revelam-racismo-institucional-no-brasil/> Acesso em 10 Set. 2019.

Vitor Santiago, 32 anos, carrega marcas da guerra no corpo. Em 11 de fevereiro de 2015, ele foi assistir a um jogo do Flamengo com amigos. Levou dois tiros de fuzil quando voltava de madrugada para casa, na favela da Maré. Teve a perna esquerda amputada, perdeu parte do pulmão e ficou paraplégico. O Exército ocupava a comunidade com promessas de pacificação, desde 2014. Havia montado diversas barreiras chamadas de checkpoints para monitorar o bairro. O veículo no qual Vitor estava parou em uma dessas pontos e os ocupantes agiram de maneira padrão: acenderam a luz interna, baixaram o vidro e desligaram o rádio. Vitor e quatro colegas — um deles sargento da Aeronáutica — foram revistados, tiveram documentos checados e seguiram viagem. Cerca de 15 minutos depois, vieram os disparos. Na barreira seguinte, militares de plantão atiraram contra eles. Todos saíram do carro e deitaram-se no chão. Vitor, nesse momento, estava desmaiado. Ninguém mais ficou ferido. Os mesmos homens socorreram o jovem e usaram um tanque de guerra como ambulância para levá-lo a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Vitor ficou quase quatro meses no hospital. Foram sete dias em coma e, quando acordou, não tinha mais os movimentos da perna que lhe restou. Irone Santiago ficou o tempo todo ao lado do filho no leito de internação. Voltou a trocar as fraldas dele e alimentá-lo. Viu o jovem, técnico em segurança do trabalho e membro do Corpo de Dança da Maré, tornar-se dependente de uma cadeira de rodas. (...) Com problemas psicológicos em decorrência do ocorrido, Irone procurou diversas vezes UPAs e hospitais, nunca teve acompanhamento terapêutico e recebeu apenas indicação para tomar medicamento controlado. **“O Estado mutilou meu filho e me deu um Rivotril”**, afirma. (grifo nosso)⁹

A medicalização do sofrimento não é uma resposta isolada, pois ela faz parte das estratégias da psiquiatria tradicional que tem como base a internação, o isolamento, a medicalização e o manicômio. Para Basaglia (*apud* Pereira, 2018, p. 324), “a doença pode torna-se, dentro da lógica capitalista, um dos elementos para justificar uma exclusão, resumindo a um nível individual o que diz respeito à sociedade e suas contradições”. Nesse caminho, consideramos a existência de um processo de manicomialização das relações sociais que vem se dando através da violência que é componente estrutural da formação social brasileira, já que somos uma nação que se desenvolveu a partir da mercantilização, exploração e morte da existência e dos corpos negros.

De acordo com Freitas e Amarante (2015), na contemporaneidade vivenciamos a medicalização das experiências que fazem parte da vida cotidiana. Para os autores, medicalização é “o processo de transformar experiências consideradas indesejáveis ou perturbadoras em objetos da saúde, permitindo a transposição

⁹ Depoimento disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/maes-que-perderam-seus-filhos-por-violencia-policial-lutam-por-justica> Acesso em 22 Mai. 2019.

do que originalmente é da ordem do social, moral ou político para os domínios da ordem médica e práticas afins” (p. 14). Esse fenômeno não está localizado como um processo isolado da realidade brasileira, pois faz parte das estratégias adotadas pelo capitalismo contemporâneo, não só para controlar os comportamentos desviantes, mas para amenizar os efeitos nefastos da sua devastação na existência humana.

Podemos observar na reportagem intitulada “A austeridade deteriora a saúde mental dos gregos”, publicada pelo Jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, na edição de maio de 2018, que foi possível identificar que entre os moradores de Atenas ocorreu um aumento do consumo de psicotrópicos, ansiolíticos e antidepressivos. Tais dados foram identificados em um estudo realizado nos esgotos da cidade por pesquisadores da Universidade Nacional Capodistriana de Atenas. Os cientistas observaram que o consumo de substâncias lícitas e ilícitas cresceu rapidamente na esteira do plano europeu de 2010.

No caso de Portugal, o texto publicado na Revista *The Lancet*, intitulado “Saúde Mental em Portugal em tempos de austeridade” e assinado pelo investigador Gonçalo Figueiredo Augusto, demonstrou que houve degradação na saúde mental da população portuguesa no período de ajustamento aos interesses da *troika*. “O Instituto Nacional de Saúde [Instituto Doutor Ricardo Jorge] notou um aumento na incidência de depressão por médicos de plantão, em Portugal, entre 2004 e 2012”. O aumento ocorreu em relação aos novos casos de depressão em homens com 55 a 64 anos, mulheres com 45 a 54 anos, e em pessoas com mais de 75 anos¹⁰. Para o pesquisador, esse crescimento do adoecimento psíquico pode ser explicado pelas taxas de desemprego, cortes de salários e pensões e a perda do poder de compra.

A manicomialização do sofrimento sempre fez parte das estratégias adotadas pelo capitalismo, e, no Brasil é componente estruturante das relações sociais. Mulheres negras com comportamentos considerados desviantes foram diagnosticadas, e, ainda hoje, encontram-se entre as que são mais internadas e presas, conforme apontam Barros *et al.* (2014), Ramos (2018) e INFOPEM Mulheres (Santos; Vitto, 2014).

Desse modo, a violência de gênero, tratada por Saffioti (2001, p. 115), nos possibilita compreendermos que “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de impor a conduta das categorias sociais (...), recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio”. Isso demonstra que existe uma autorização da dominação-explo-

¹⁰ Dados extraídos do site: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/the-lancet-austeridade-compromete-saude-mental-dos-portugueses/>. Acesso em 31 Mai. 2018.

ração para nomear e punir as condutas consideradas fora do padrão. Portanto, esse sistema hierárquico-punitivo que se encontra no interior da esfera privada é legitimado e perpetuado pelo Estado, seguindo punindo intensamente as mulheres negras.

Uma vez que Estado é a principal instituição política do mundo contemporâneo, o racismo alimenta ao mesmo tempo em que é alimentado pelas estruturas estatais. É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos se torna possível. (Almeida, 2018, p. 84).

Por fim, queremos apontar o silêncio como outro traço marcante do cuidado colonial. O processo de silenciamento do sofrimento das mulheres negras faz parte da composição do racismo à brasileira (Munanga, 2017, p. 40), pois para “além de matar fisicamente, ele alija, (...), a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros”. Esse silenciamento é componente do trauma colonial que imobiliza objetivamente e subjetivamente a existência das mulheres negras (Kilomba, 2016). Trazê-lo à tona possibilita-nos denunciá-lo, inclusive em relação ao apagamento da temática como um problema científico. Nesse sentido, precisamos direcionar nossas análises para a quebra da homogeneização dos sofrimentos e das violências, compreendendo no conjunto das relações sociais que há diferenciações internas na sociedade, e, por isso, torna-se primordial não perdermos uma visão da totalidade e nem separarmos relações interpessoais e estruturais como já nos dizia Saffioti (2001).

Referências

- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 34, p. 131-154, 2014.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz. Estado e Direito: a construção da raça. In: SILVA, M.L. et al. (orgs.) *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Escuta, 2018.
- BARROS, Sônia et al. Censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo: um olhar sob a perspectiva racial. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, vol. 23, n. 4, p. 1235-1247, 2014.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! *Revista Civitas*, Porto Alegre, vol. 16, n. 3, p. 504-521, 2016.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

- FRETTAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. *Medicalização em Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- IPEA. *Atlas da Violência 2019*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- _____. A máscara. *Cadernos de Literatura em Tradução*, São Paulo, n. 16, p. 171-180, 2016.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. *A austeridade deteriora a saúde mental dos gregos*. Ano 11, n. 130, Maio, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.
- PEREIRA, Melissa de Oliveira. Diálogos enodados para uma aproximação entre saúde mental e mulheres. In: BOITEUX, Luciana; MAGNO, Patrícia Carlos; BENEVIDES, Laize (orgs.). *Gênero, feminismos e sistemas de Justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, p. 135-328, 2018.
- RAMOS, Bruna Gabriela Monte de Oliveira. *Compreendendo atravessamentos de gênero, raça/etnia e classe no processo de desinstitucionalização das mulheres em sofrimento psíquico em conflito com a lei do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.
- _____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.
- _____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS, Thandara; VITTO, Renato Campos Pinto de. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Mulheres – junho 2014*. Brasília: Departamento Nacional de Justiça - Ministério da Justiça, 2014.